

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)

Ana Carolina da Silva Borges¹

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir as imagens textuais construídas sobre os grupos indígenas Guaná, presentes na região norte do bioma Pantanal do Brasil. Para além disso, pretendo discutir a inserção destes índios, em mundos agrários e urbanos, condizentes a processos de ocupações territoriais oficiais, operado, sobretudo, entre os anos de 1870 a 1930. Contudo, embora os documentos busquem colocá-los como moradores inertes e já “docilizados”, foi possível perceber suas estratégias, alianças e negociações montadas com outras sociedades de “silvícolas” e demais grupos rurais constituídos nas áreas onde foram alocados. Para perceber e compreender estas configurações, foi necessário se utilizar de um conjunto de documentos, a saber: Relatórios, Notícias e relatos de viagens feitos por autores nacionais e estrangeiros.

Palavras-Chave: Guaná; “Representações Sociais”; Pantanal.

BARBARIAN SWEETS: FROM DISCURSIVE PRACTICES TO THE GUANÁ SOCIAL PRACTICES IN THE NORTHERN PANTANAL (1870-1930)

Abstract: The objective of this article is to reflect the textual images constructed on the Guaná indigenous groups, About the northern region of the Brazilian Pantanal biome. In addition, I intend to discuss the insertion of these Located people into agrarian and urban worlds, consistent with the processes of official territorial occupation, especially between the years 1870 and 1930. However, although the documents seek to place them as inert and already "docile", it was possible to perceive their strategies, alliances and negotiations set up with other societies of local people and other rural groups constituted in the areas where they were allocated. In order to understand these configurations, it was necessary to use a set of documents, namely: Reports, News and travel reports made by national and foreign authors.

Keywords: Guaná; "Social Representations"; Pantanal.

* O presente artigo é fruto de um trabalho inédito, oriundo da Tese de Doutorado, defendida no ano de 2016, no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da UNICAMP, intitulado: “*O ‘incivilizado sertão’: das representações sociais ao cotidiano dos agregados e camaradas do Pantanal Norte (1870-1930)*”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Professora Doutora em História (2016), pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde foi contemplada ao longo de sua pesquisa pela Bolsa de Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Desenvolveu Pós-Doutorado em História da África pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e da mesma forma atuou como Bolsista CAPES do PNPd (Programa Nacional de Pós-Doutorado), da corrente Instituição (2018). Atualmente é professora efetiva do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus Rondonópolis*.

No que diz respeito à produção de material iconográfico e textual acerca dos Guaná, posso afirmar, sem dúvidas, que a quantidade de notícias sobre costumes e instituições indígena norte pantaneira, além de ser quantitativamente superior, antecede bem àqueles elaborados sobre os Borôros e os Guató²– indígenas estes que também circulavam nas áreas abrangidas pelo território alagável. E quanto maior a edificação documental referente a determinados temas e grupos sociais, maior também as representações inferidas sobre eles. Perante essas considerações ficam as seguintes questões: Que tipo de informação endereça sobre estes silvícolas? Quais os interesses dos autores que lhes incidiram um conjunto de dados e notícias relativos a forma de vida local?

Serão estas as perguntas que o presente artigo pretende responder. Para tanto tem como recorte temporal os anos de 1870 a 1930, e a delimitação espacial incidida na parte norte das áreas que compõem o bioma Pantanal do país. As razões para a seleção desses sessenta anos, que abrange a virada do século XIX para século seguinte, se detêm a algumas transformações importantes de caráter local, ligada ao fim da Guerra com Paraguai (1870), bem como a reabertura fluvial, a intensificação das transações comerciais, o aumento e a regularidade das embarcações a vapores nos rios São Lourenço e Cuiabá, que inferiram maiores explorações dos recursos naturais presente no Pantanal e, conseqüentemente, proporcionam nova guinada a maneira como grupos indígenas deveriam ser tratados.

Longe de serem vistos enquanto segmentos externos a sociedade civil de Mato Grosso, a intenção agora era que eles fossem abarcados pelos projetos de Nação, prevendo a sua inserção social no âmbito das relações comerciais mais amplas que estavam em andamento. Por outro lado, para a compreensão da edificação destes “nativos”, achei como condição necessária vasculhar a bibliografia e alguns documentos históricos de períodos anteriores que colocassem em evidência a insurgência dos Guaná, problematizando o quanto as visões, percepções e fantasias lançadas sobre estes grupos não se deu, especificamente, no período tratado e menos ainda, tivesse no seu conteúdo o tom contínuo de caráter linear.

² Cf: (Ribeiro, 2005); (Oliveira, 2003); (Schuch, 1995); (Oliveira, 2007); (Viertel, 1990); (Viertel, 1989)

Intencionando traçar algumas considerações acerca das leituras externas construídas a respeito dos Guanás, oriundas, especialmente das práticas discursivas dos grupos hegemônicos do período recortado, este artigo será dividido em três partes: num primeiro momento, darei atenção às percepções e leituras dos governantes provinciais e estaduais de Mato Grosso, bem como estudiosos estrangeiros que visitaram a região.

No segundo momento, darei ênfase no quanto a ideia de docilidade não é algo que esteve presente nos enunciados de maneira completa ou, mesmo continua, dado que em períodos históricos anteriores os Guanás eram representados de maneira distintas, das correspondentes à Primeira República.

Na última parte será dada atenção aos deslocamentos espaciais e as modificações das formas de vida inferidas sobre os coletivos indígenas Guaná, com destaque a sua inserção no mundo do trabalho na cidade de Cuiabá e suas proximidades. .

A explicar as questões devidamente expostas, parto do princípio de que um bom caminho a seguir para responder às indagações acima mencionadas, seria me reportar as próprias imagens textuais elaboradas pelos autores dos registros que estabeleceram contatos com os Guanás, no contexto do período Imperial e Republicano Brasileiro.

Assim, categorizados como “índios mansos”, propensos a certo tipo de tratamento especial, talvez até mesmo “mimoseados”, conforme insinuou o viajante D’Alincourt (1828), os Guanás estavam entre os grupos indígenas mais “afáveis” de Mato Grosso. Tanto é, que, parte dos documentos mostram, ao longo do século XIX, como silvícolas “semi-civilizados”, nada hostis como os Borôros e os Guaicurus (BORGES, 2016) eram de certa forma passivos a contatos “brandos” e, nesse sentido, asseados à docilidade. E quanto mais os anos avançam nos oitocentos, maior era o número de notícias que detinha da sua disposição amigável com os demais grupos frente ao seu “espírito cordial” e “terno”. Vejamos:

As tribos de que se compõe esta nação, pouco ou nada differem entre si quanto ao modo de existencia; seus costumes são mansos, pacíficos e hospitaleiros; vivem reunidos em aldeias mais ou menos populosas, e muitos delles se ajustão para serviços de toda especie em diversos pontos da Província e mormente para a navegação fluvial. Sustentão-se da caça e pesca, mas principalmente da carne de vacca e dos productos de sua

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS
SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)

lavoura. Cultivão milho, mandioca (da qual fazem soffrivel farinha), arroz, feijão, canna, batatas, hortaliça e igualmente todos os generos de agricultura do paiz. As suas colheitas não só chegam para os seu consumo, como que lhes restam hum excedente que vendem a dinheiro ou permutão por diversas fazendas, ferramentas, aguardente, espingardas, pólvoras e chumbo, e quincalharias, e bem assim, gado vaccum e cavallar de cuja criação occupão-se. Fião, tecem e tingem o algodão e a lã do que fazem optimas redes, pannos, cintas e suspensorios, e quase todos entendem e fallão o nosso idioma e estão em estado de se curarem de sua educação intellectual e religiosa. Da tribo que conserva o nome de Guaná há uma aldeia junto á Freguesia de Albuquerque, e outra margeando Cuyaba, em menos de meia legua da capital (Noticias sobre os Indios de Matto-Grosso.... 1848. APMT)

Importante destacar que os vocábulos “Mansos”, “pacíficos”, “hospitaleiros”, exibidos em meio a uma variedade de atividades, quais sejam caça, pesca, lavoura, negócios, tecelagem, serviços temporários em navegações fluviais e diversas fazendas, além de dominantes da língua portuguesa e andarilhos nos ambientes urbanos e rurais; estes grupos são apresentados em suas multiplicidades de atividades mediante os espaços que praticavam.

Percebam vocês que partindo das notícias supracitadas sobre esses indígenas, observa-se um grande interesse de seu autor relativo a intensidade das relações de subordinação que os Guanás desenvolviam com a sociedade civil. Longe de serem colocados como coletivos indígenas “isolados” eram, pelo contrário, exibidos como providos de relações de servidão bastante eficazes aos objetivos dos projetos governamentais.

Porque mesmo morando em “aldeias”, os indígenas não eram editados como grupos típicos de nativos que mantinham suas formas de vida num âmbito desconexa ou avulsa a outros ambientes e sua gente, na medida em que estes lugares lhes eram comuns porque também os operavam. Ademais, nota-se que toda uma catalogação foi erigida não apenas relativas às suas relações com os demais grupos, mas estenderam-se, do mesmo modo, as descrições físicas e comportamentais dos mesmos. Para tanto, observemos:

As mulheres são bem feitas de corpo: tem rosto interessante, os olhos ordinariamente apertados e um tanto oblíquos, o nariz pequeno, afilado, boca no comum grande, lábios grossos, dentes claro e bem implementados. Reina entre elas a mais completa devassidão, tanto mais quanto os próprios maridos, desconhecendo o que seja ciúmes, as

entregam a estranho com a maior facilidade, mediante algum dinheiro ou peça de roupa. Com toda a sua indústria e amor ao trabalho que tanto os distinguem dos demais índios, são eles em geral covardes; prostituem suas mulheres, movidos por sórdido interesse; cometem o roubo e o furto com a maior desfaçatez e, a dar crédito a boatos muitas vezes são infundados, têm as mães o bárbaro costume de matar os filhos no ventre, por não quererem antes dos trinta anos ter o trabalho de cuidá-los... Narrarei quando tratar dos Guatós, cujo caráter é sob todos os aspectos completamente oposto, um fato que deixa bem patente a índole desses dois povos, ou melhor dessas duas tribos. (FLORENCE, 1977: 109-110)

O pequeno trecho de relato trazido acima corresponde à obra de Hercules Florence, intitulada: “Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas” e a menção que autor faz sobre as índias Guanás, relativa à década de 1820, quando percorreu uma parte da região brasileira, mais especificamente, quando esteve na margem Oeste do rio Paraguay, logo acima da vila Miranda, e localizou uma aldeia que vivia “numa espécie de grande povoação” (FLORENCE, 1977: 102).

Sobre essa questão, começo minhas ponderações destacando a descrição física de Florence sobre as mulheres Guanás, já que se misturam traços dos típicos índios brasileiros e dos tradicionais brancos europeus. Estas índias possuíam “lábios grossos”, “olhos ordinariamente apertados”, assim como “nariz pequeno, afilado” e “dentes claros e bem implementados”. Obviamente que não tenho parâmetros para delinear as questões mais introspectivas do autor, no tocante às suas angústias e suas emoções; mas pontuo que não devemos desconsiderar as possíveis motivações que o levaram a fazer essas associações entre elementos físicos dos “brancos civilizados” com os “índios incivilizados”, tendo em vista que comparações entre esses dois universos serão acionadas, continuamente, no relato de Florence, salvo algumas interrupções passageiras.

Não apenas os traços físicos serão recorridos para apresentarem os Guanás: as vestimentas também serviram de ferramenta, conforme os sinais de outro trecho do relato aqui selecionado e, obviamente, mais detalhado, em que Florence (1997: 108) relatou: “Cifram-se as roupas dos Guaná para os homens, num pano que enrolam como tanga e atado à cintura, caindo, quando muito, até aos joelhos e num pedaço de fazenda quadrada regular ou puxado mais para o cumprido, o qual tem no meio uma abertura”, utilizado para enfiarem “a cabeça e que não lhes resguarda mais que os ombros, peitos e espáduas”. Quando sentem frio, cobrem-se com um panão que, sendo grande pode dar duas voltas ao

redor do corpo”. Em tais circunstâncias, “as mulheres também trazem o pano enrolado à cintura e caindo até os joelhos e (...), usam do panão ou para se resguardarem dos pés a cabeça, ou então preso muito apertado por cima dos seios, mostrando-se assim, menos nuas que os homens”. Em certas situações as mesmas “cobrem os ombros e deixam-no cair até meia canela. Já muitos Guanás usam de calça e camisa de algodão grosseiros que tecem em Cuiabá, bem como em todo o interior do Brasil”.

Percebe-se, dessa forma, que os Guanás foram representados por meio de elementos que os distanciavam dos demais nativos, cujo empenho em detalhar os tecidos grosseiros revelava, por outro lado, corpos cobertos, nudez escondida, cuidada, preservada perante seus rostos “limpos”, tanto que o autor segue narrando: “Não marcam a pele, nem mutilam o nariz, o lábio inferior ou as orelhas; não se pintam de urucu como tantas outras tribos”. Depois a escrita segue com a cartada final, demarcando outra temporalidade, já que “em épocas anteriores tiveram essas práticas singulares, já são por demais civilizados para nelas perseverarem.” (FLORENCE, 1977: 109).

Desta forma, é interessante atentarmos para o simples fato de que essa artimanha escriturária que apelava por descrições sobre os nativos, traçando comentários relativos à anatomia destes, eram atravessadas por questões mais complexas do que meras informações dispersas, irrisórias e irrelevantes, pois, mesmo estando inscritos entre grupos “selvagens” os Guanás eram referenciados entre aqueles que estabeleciam contatos com a sociedade civil e que, portanto, encontravam-se um passo à frente dos demais grupos que habitavam a extensa área alagável montando outros tipos de estratégias para manterem, até certo ponto, suas formas de vida.

E nessa hierarquia criada para mapear e caracterizar os índios residentes nas terras visitadas, o interlocutor desse registro não mede esforços ao colocar atributos que remetam e aproximem alguns nativos da sociedade branca de modo geral. Tanto é que Florence destacou em meio a declarações “negativas” sobre o “bárbaro” mundo dos Guanás sua propensão à “indústria e amor ao trabalho” destoando dos demais.

Em contrapartida, para dar legitimidade a esse estágio “primitivo” dos aldeados descritos, o viajante se utiliza de uma ferramenta bastante habilidosa. Em sua escrita, Florence recorre também a certo encapsulamento profano devido à negação das mulheres

Guanás em atuarem no papel de mãe, haja vista que matavam seus filhos ainda no ventre, por não os quererem antes dos trinta anos.

Ou seja, a mulher é nesse contexto tirada do plano sagrado e inserida no plano profano se recusando, inclusive, a ocupar a maternidade, uma espécie de dádiva divina. Para dar maior validade aos efeitos pejorativos o viajante destacou a permissividade desse grupo indígena em “prostituir” suas mulheres, assim como a sua facilidade também em “furtar” e “roubar”. Imunes de qualquer tipo de confiança lhes restavam à posição atribuída aos índios de modo geral em muitos relatos: a “indolência” e a ausência de credibilidade sobre os mesmos. Dado que a sua percepção e prática de “família” irrompem a perspectiva cristã e esvazia sua moralidade sagrada ocidentalizada.

A par destas ponderações, ao invés de me apropriar destas versões, optei por problematizar tais retóricas, que de certa forma, estavam sendo utilizadas transvertidas de uma ótica ocidentalizada, branca, patriarcal e masculinizada, e logo, que demarcavam as percepções, sensibilidades e moralidades eurocêntricas. Ou seja, é importante percebermos o caráter racista que se impôs capilarmente no modo das pessoas serem registradas e, a partir disto, compreender os processos em que o Estado constrói uma memória de caráter mais oficial, que se apresenta em meio as suas duas faces: de um lado, e que se explicita de maneira mais fragmentada, passageira e pontual, as tomadas de decisões endereçadas àquelas pessoas que se reformulam e se reeditam no dia a dia mediante um Estado que nega sua forma de se fazer existir.

Pelo outro é que se imprime a maneira em que opera um discurso instalado sobre “como é” e “como deve ser” a boa sociedade. São dois processos simultâneos, que ora se aproximam, ora se distanciam, um retroalimentando o outro. Neste sentido, essa estratégia interessada em esquecer o sangue indígena remete-se ao interesse de acumular "capital racial" (SEGATO, 2007) e ao seguimento de uma ordem automática já estabilizada no próprio discurso (FOUCAULT, 2012). No mais, a inexistência de uma categoria de memória que verse sobre as nossas genealogias raciais mira não só para o esquecimento, e sim a alarga também para uma negação normativa promovida pela linguagem colonial de direitos humanos. Tal linguagem deve-se à relação dicotômica entre as correntes jusnaturalistas e juspositivistas, bem como a construção hegemônica da memória histórica dos direitos humanos.

Em contraponto a tais concepções, adotei a teoria desenvolvida pela antropóloga Rita Segato (2007) sobre “ética da insatisfação” como o principal fundamento para se expandir e incluir no âmbito dos direitos humanos a referida categoria da memória, ou seja, realocar estas leituras nas suas zonas de conforto em que se prepondera um poder colonizador, que precisa ser não só irrompida, denunciada e ultrapassada, mas acima de tudo, esgarçada, problematizada e superada.

Pensando nisso, seria permitido traçar um diálogo que nos ajuda a pensar nestas questões utilizando não apenas Segato e Foucault, mas também o sociólogo Norbert Elias (2000), que pode colaborar significativamente para a reflexão aqui feita por meio de sua definição de *outsiders*. Estes diferentes dos *estabelecidos* não ocupam lugar social hegemônico, não são identificados e nem praticam a posição privilegiada relegada aos grupos que estão no comando, que usufruem os prestígios, os benefícios que lhes são inerentes. Os *estabelecidos* estão no bojo de toda uma moralidade que os coloca não apenas como autoridade, como homens e mulheres de grande influência, mas a estende para a percepção de que são estes os constituídos dos “bons costumes”, da “boa índole”, de preceitos valorativos que não abandonam a tradição e as utilizam como guias dentro do seu universo relacional. Eles são a referência, as figuras exemplares de uma dada comunidade, região ou sociedade, ou seja, são humanamente superiores.

Na outra ponta encontra-se o avesso disso, os *outsiders*. Estes insurgem na representação de tudo que há de pior, são os imorais, os perniciosos, os não confiáveis, dado que ativam a imagem pejorativa de pessoas que desmobilizam o que é apresentado como dado. Tendo em suas mãos a propensão em acionar o caos, quebrar a ordem estabelecida, transgredir os códigos visíveis e invisíveis que tem alguma legitimidade na malha social.

Em outros termos, são aqueles que despedaçam a lógica da tranquilidade, estilhaçam a coerência da segurança. Ao fazerem isso, dissolvem também seus direitos, o que na prática significa que os *estabelecidos* ao exercerem o poder, lhes negam a possibilidade de se inserirem de forma completa nas relações que controlam, desenhando sempre uma linha divisória que os leva a sua distinção (ELIAS, 2000: 29). Graças a esse poder de coesão que é viabilizado não apenas o controle social, mas também: “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelos grupos estabelecidos” evidenciadas “como arma

poderosa para que esse último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar”. (ELIAS, 2000: 22).

Vislumbrando essas considerações traçadas por Nobert Elias é que desenvolvo minha leitura em relação às transações comerciais e de troca, além dos trabalhos informais e não especializados realizados pelos Guanás. Ao participarem dessas relações processuais emergidas numa coletividade mais ampla, ao terem suas ações limitadas, ao andarem na linha da transgressão inscrita na informalidade, estes indígenas já estarão condenados pela sociedade enquanto *outsiders*.

A partir desse ponto é que se apresenta a grande questão: ao se encontrarem à margem da comunidade, a jurisprudência pode lhes ser recusadas automaticamente. Este estigma sobreposto aos Guanás, que “dóceis” e, simultaneamente, “covardes”, “sórdidos” e “bárbaros” deve ser problematizado - ao invés de assumido como assertivo - se nos predispomos a refletir sobre as noções que lhes eram encarnadas nos registros vários e irmos um pouco mais além, nos detendo nas práticas e lógicas rotineiras que eram mobilizadas.

E eis que aqui se implanta a armadilha do enunciado: quando índios são colocados como “amistosos”, munidos de “afeição”, perante um conjunto de elementos selecionados para os descreverem, especialmente, no que diz respeito às interações que desenvolveram com os grupos externos, se está a bem da verdade criando um padrão, um exemplo de nativos que se pretende generalizar.

Enquanto comunidade menos reprimida, a violência que sofrem nesse tipo de discurso é maximizado porque lhes retiram toda e qualquer possibilidade de dinâmica da dominação Império/resistência. E, principalmente, apaga todo o seu rastro de aversão à construção do Estado Nacional Brasileiro, durante os primeiros anos da República. Em outras palavras, despem-lhes de qualquer forma de reação e lhes revestem de certa “subjugação total” a ponto de lhes reduzirem, somente, enquanto um bando de índios “pacíficos”, mascarando a tensão que havia ou que foi diluída nas formas mais radicais de espoliação de vivências diárias particulares.

Era como se estes indígenas fossem apreciados como ilustração de um passado que estava em *processo* de superação. Eles não deveriam existir no Brasil como gravura, pois os pincéis que os coloriam pretendiam tirar sua nudez, seus cocares, sua autonomia espacial,

sua liberdade afetiva e familiar que lhes permitissem viver do jeito que bem quisessem, longe ou perto de outros índios ou da gente estranha também chamada por eles de “brancos”, para lhes transporem, simplesmente, a imagem de pessoas “pobres” do que se entendiam como “sertão” ou “periferias” das cidades ou dos universos rurais. Contudo, um questionamento se faz pertinente: será mesmo que os Guanás foram tão “hospitaleiros” assim ou esta retórica mobiliza apenas os anos oitocentos?

Para compreender a *emergência* desse tipo de leitura seria fundamental questionarmos, de igual maneira, se essa correlação de forças assimétricas e já sedimentada no período Imperial e solidificada no período Republicano, foi erigida, de uma hora para outra, ou se foi fruto de um longo desenho de cenários que trazia uma trama envolvente de políticas públicas e empreendimentos privados.

Interessante notar antes de mais nada, a peculiaridade deste povo indígena – relativa a sua propensa capacidade em delimitar alianças, negociações, circular territorialmente e desenvolverem relações com populações indígenas e não indígenas-, porque soa pretensioso demais desarmar ideias que infundem perspectivas analíticas que categorizam populações originárias da terra dentro dos arquétipos mais comuns e ilusórios em nossas mentes, referentes aos povos que viveram por muito tempo em espécie de uma redoma de “vidro”, poucos frequentados, vistos ou incluídos em universos espaciais e culturais mais amplos.

Este mundo cristalizado, no entanto, teria sido quebrado pela força “assombrosa” da “modernização” estraçalhando seus cacos para todos os lados, sem direito algum a qualquer tipo de arrebatamento frente aos restos deixados.

Os Guanás constituíram-se dentro de outras esferas. Eles atualizaram suas vivências diárias conforme a *proveniência* de vários fatores os quais se incluem as interações com outras pessoas, nativos ou não. Para se ter uma ideia, no século XVIII existia internamente entre os mesmos quatro subgrupos, que atravessaram o rio Paraguai e se instalaram na sua margem oriental: Terena, Laiana, Kinikináo e Exoaladi - este último também conhecido por Guaná.

Os dois primeiros ocuparam a margem esquerda do rio mencionado, e se fixaram nas proximidades da cidade de Miranda. Os dois últimos, em sua maioria, habitaram Albuquerque, localizado à margem esquerda do rio mencionado. Conforme os dados e as pesquisas elaborados sobre estes povos, o ano de 1819 foi marcado por um evento relevante à vida destes grupos, haja vista a implementação da Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, na região ao sul de Mato Grosso.

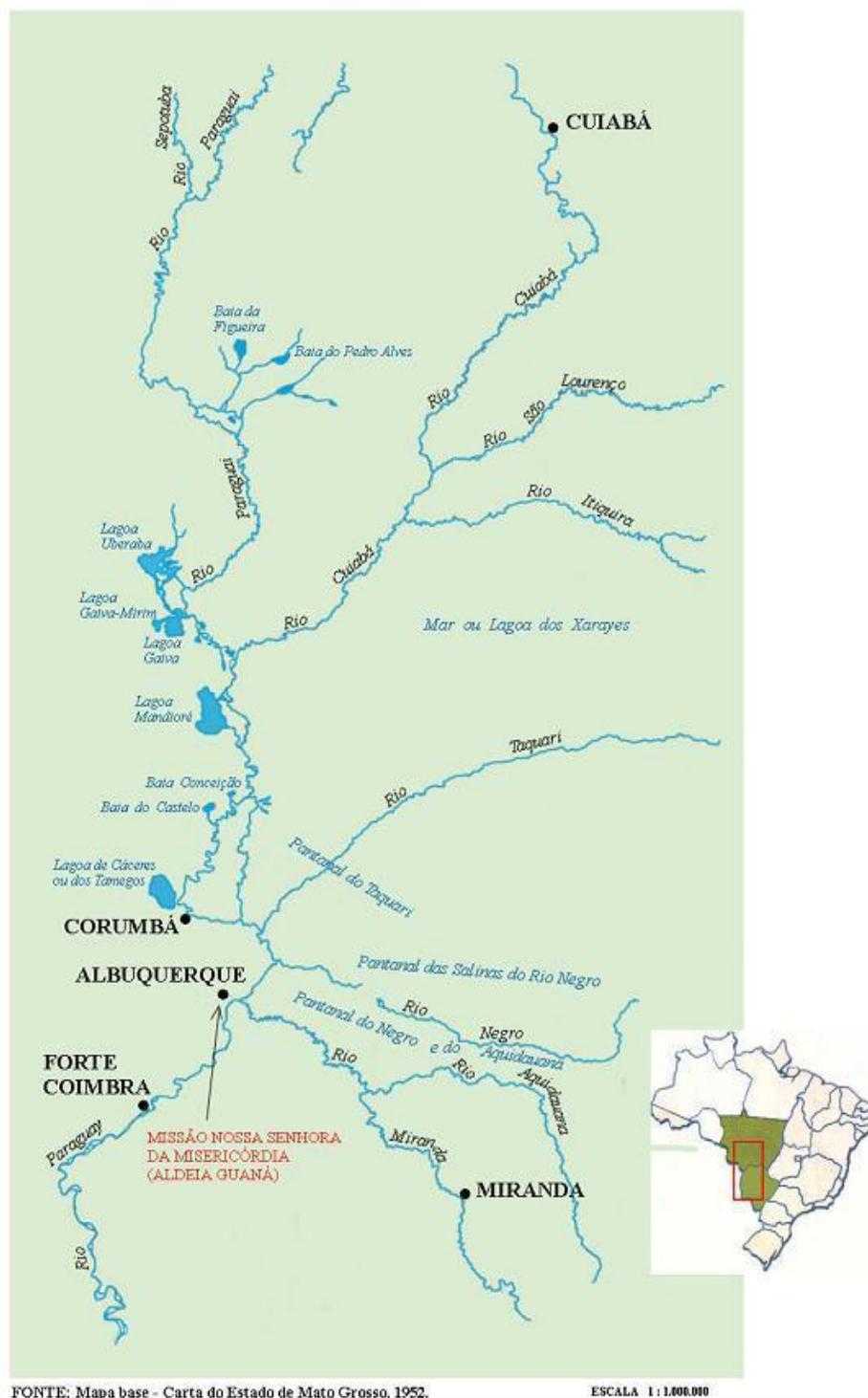
O que despertava curiosidade entre os grupos hegemônicos da época estava centrado, especialmente, na diversidade de atividade que desenvolviam, além da quantidade populacional que detinham – lembrando que algumas aldeias chegam a contar com cerca de quatro mil Guanás. Assim, a agricultura, o intercâmbio e o comércio, encheram os olhos das autoridades locais, que logo procuraram investir na catequese dos índios. Ali, além das atribuições voltadas à moral e à religião cristã, mobilizava-se a aptidão agrícola dos índios para o fornecimento de gêneros alimentícios aos comandos militares de Coimbra e Miranda, instalados na região do Baixo Paraguai.

No período da Missão em Albuquerque, já era constatada a presença dos Guanás em Cuiabá, seja comercializando cerâmicas, redes, panos, bolsas de couro, pescado e produtos agrícolas e/ou trocando esses mesmos produtos por pólvora, aguardente, ferramentas e chumbo, alguns deles, inclusive, passaram a estabelecer residência no Porto.

Porém, entre os anos de 1843 e 1844, a maioria dos Guanás de Albuquerque migraram para Cuiabá fixando-se nos seus arredores. Na capital da Província, esses índios ocuparam terras cedidas pelo Presidente da Província, localizadas na margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral, passando a interagir diretamente com a própria rotina da cidade (Cf: SILVA, 2001; FERREIRA, 2007).

Para que estes deslocamentos sejam melhor compreendidos, o mapa abaixo mostra as diferentes localidades que dá a dimensão da locomoção das sociedades indígenas tratadas, cuja autora identifica os rios presentes na região pantaneira do Brasil e localiza a aldeia Guaná em Albuquerque

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)



(SILVA, 2010: 39)

Nota-se, portanto, uma parte deste povo indígena que interessa diretamente esta pesquisa, perante o entrelaçamento da forma de vida que eram capazes de mobilizar com o mundo agrário ou urbano que apareciam em seus destinos. Estas imersões em distintas situações e temporalidades, eram viáveis graças à profusão de labores provisórios e itinerantes que operavam.

Algumas vezes mencionados como “remadores”, na medida em que realizavam esta tarefa nas embarcações que faziam o trajeto de Cuiabá a Corumbá, em certas situações podendo chegar a Província de São Paulo; tendiam a diversificar suas funções como pequenos comerciantes, carregadores, coletores de poia, trilhadores de estradas e outros. Estas circunstâncias relacionais apontam por si só o quanto foi fluída a existência destes grupos no andamento dos projetos governamentais que lhes foram encaminhados. No mais, não se deve perder de vista tal aspecto, e nem desconsiderar seus arranjos contextuais (CARDOSO, 1976; MEDEIROS, 2000).

Dentro dessa esfera aproximo-me das leituras elaboradas pelo antropólogo Andrey Cordeiro Ferreira (FERREIRA, 2009). De acordo com esse estudioso, em muitas pesquisas antropológicas ainda é latente certa corrente que insiste em colocar grupos indígenas como meros fantoches, envolto a perspectivas vitimistas que intensificam a política colonial e a eficácia do Estado.

Parte destas tendências analíticas se sustenta por visões fatalistas que abstraem estratégias internas dos índios. Estudando os Guanás e os Guaicurus de Mato Grosso do século XVIII e XIX, o antropólogo defendeu a interpretação que versava no quanto ambos foram fundamentais para a consolidação da conquista portuguesa do “sertão” e, simultaneamente, criaram diversos obstáculos à expansão e estabilização da mesma.

Numa correlação de forças desiguais, os índios pesquisados não são colocados como imutáveis ou aqueles que ficaram de mãos atadas em configurações contínuas e lineares do mais puro e violento artifício de invasão e controle territorial, e sim inseridos em sistema de poder depuradas de oscilações, contradições, contatos variados mergulhado em alto risco por parte de todas as pessoas envolvidas. Por isso, a base de sua leitura partiu muito mais de análises micros, no intuito de identificar pequenos sinais das arenas e estratégias de disputas internas.

A esse respeito, é interessante salientar a metodologia utilizada pelo autor. Colhendo um conjunto de fontes elaborado entre os finais do século XVIII e início do século XIX, Andrey Ferreira trabalhou com os documentos históricos enquanto material etnográfico, passivo de representações e interesses particulares assim como qualquer pesquisador que vai a campo e não consegue se despir completamente de seus valores, moralidades, angústias e interesses particulares.

Conforme propôs o próprio autor, a etnografia pautada em pressupostos da “descrição densa”, alia-se a um esforço que também se estende a certa contextualização e *holismo*. É nesse sentido que para o autor as “fontes históricas coloniais (os saberes administrativos produzidos por militares e funcionários de Estado) podem se apresentar assim com um *status* similar ao ‘relato dos informantes’ em campo”.

Tal linha de pensamento enxerga a etnografia como descolada “do empirismo, da descrição da experiência exclusiva do pesquisador” e que “incorpora também as experiências individuais e coletivas de outros atores históricos. Isto porque o próprio processo de dominação colonial foi também um processo de produção de conhecimentos e saberes sobre os grupos que foram objeto da conquista”.

Tanto é que “vários relatos estavam preocupados em fornecer descrições substantivas das instituições e costumes dos povos indígenas, e estavam amparados em relações prolongadas entre o sujeito que descrevia e os povos estudados” (FERREIRA, 2009: 103). E de que maneira tal metodologia colaborou para as linhas interpretativas montadas sobre os Guanás? Sobre estes grupos reverberam análises que os viam como inertes, ou outras versões explicativas foram lançados sobre estes povos?

Debruçando-se a essas questões, o autor reiterou o quanto os Guaicurus e os Guanás acirraram a tensão existente entre Portugal e a Espanha (COSTA, 1999) por conta das disputas territoriais na América, correspondente aos espaços onde seriam delimitadas as fronteiras. Estes grupos proporcionaram um verdadeiro “vácuo”, “tampão territorial” em que ambas as colônias não conseguiam, efetivamente, ocupar e colocar a sua gente, porque já eram essas áreas praticadas por nativos que tinham superioridade militar e política suplantada na região Sul de Mato Grosso (ALMEIDA, 2005/ COSTA, 2008).

Não bastava traçar acordos diplomáticos, a colônia brasileira carecia de outros mecanismos de poder que avançavam até as franjas interioranas do Brasil³. “Conhecer para conquistar” se tornou então a tônica maior da colônia portuguesa. Em meio a essas novas “realidades” um conjunto de ações, bem conhecidas entre os historiadores que discutem questões indígenas, se efetivaram nos anos finais dos setecentos e se arrastaram até o século seguinte⁴.

A formação e multiplicação de aldeamentos, a política dos presidentes de província em negociar com os “chefes indígenas”, a concessão de presentes e honorarias, só foram então avivados na região fronteira de Mato Grosso, a qual incluí a região do pantanal brasileiro, graças ao tratado com os Guaicurus.

Estes passaram a colaborar com os portugueses na luta contra os espanhóis. O mais interessante condiz a própria maneira como essa conjuntura de coisas foram conduzidas, porque por mais que a princípio os Guaicurus se beneficiassem com as negociações travadas com os portugueses, aos poucos, sua própria hegemonia entre os índios com quem guerreavam e dominavam, incluindo os Guaná, ficaram fragilizados pelas iniciativas tomadas pela colonização da Coroa.

Tal movimento de conquista colonial partira de um longo período de produção de saberes, perante agentes que trabalhando a favor da Coroa documentaram tudo e a todos dos aldeamentos e fortificações por onde passaram. Construindo verdadeiros relatórios de cunho etnográfico, os autores deixaram suas impressões, atravessados por valores referenciais, montando materiais que servem hoje como rico acervo que transborda *representações sociais* e detalhes sobre as forças coloniais e as reações dos silvícolas.

³ O colonialismo português se deu através da várias frentes com tom de segurança territorial renegociando acordos diplomáticos “o Tratado de Madrid foi anulado em 1761; e em 1767 e 1777 foram feitos novos tratados) e montando todo um aparato militar que assegurasse as terras conquistadas: “com a multiplicação das fortificações militares: na região sul do território foi fundada em 1767 um presídio no Iguatemi; em 1775, o Forte de Coimbra; em 1778, Vila Maria do Paraguai (hoje Cárceres); em 1778, a Povoação do Albuquerque (onde está localizada a atual Corumbá). Ou seja, na segunda metade do século, inicia-se uma ocupação efetiva da região do ‘Alto-Paraguai’. Um fato de fundamental importância para o processo da expansão colonial na região é o ‘Tratado de Paz e Amizade’, assinado pelos Guaicuru com a Coroa Portuguesa em 1791, na cidade de Vila Bela”. (FERREIRA, 2009: 107).

⁴ Ademais, há de se levar em consideração, “a atuação da comissão de demarcação de limites” que “representou no período colonial um primeiro movimento de fluxo de cientistas e técnicos para a região, aumentando assim a produção de discursos científicos sobre o sul de Mato Grosso e os povos indígenas ali localizados. Ao mesmo tempo, visava-se instrumentalizar os homens de Estado na elaboração das suas táticas de expansão e dominação colonial”. (FERREIRA, 2009: 110).

Entre os testemunhos desses escritos, destacou-se o do militar Ricardo Franco de Almeida Serra⁵, autor do “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guaná, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 108) provenientes de sua experiência de mais de cinco anos no Forte de Coimbra.

Ao longo do século XIX, o que se vê condiz a um conjunto de percepções passivas sobre os segundos grupos citados, entre o final dos anos setecentos e começo do subsequente, a imagem montada se destoou expressivamente. Embora submetido aos índios Guaicurus, os Guanás, são vistos pelo interlocutor branco do relato como aqueles tendo “o seu caráter uma refinada dissimulação e certa desconfiança, ainda dos mesmos benefícios que recebem, os quais muitas vezes julgam ingratos, menos graça do que devida...” (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 114).

Como é possível perceber, tais descrições viriam acompanhadas de um metadiscurso acerca de personalidades inconstante dos povos nativos, cujo autor visava muito mais desqualificar qualquer coletivo que se apresentasse enquanto entraves aos propósitos coloniais. E para dar legitimidade, a sua leitura acionava dispositivos que desmereciam a própria personalidade dos nativos, imprimindo adjetivos de desconfiança e infidelidade.

Contudo, por trás de mentiras e subterfúgios dos silvícolas, havia aversões sutis e bem localizadas propensas a serem detectadas somente quando o investigador do passado se propõe a mudar de escala, se aportando em pontos específicos. Pois, toda essa “dissimulação” dos Guanás que está sendo criticada exibia “rotas de desvio”, em que as mentiras eram usadas para não apontar ou dizer a direção correta de uma viagem ou mesmo de certos objetivos que ajudaria seu povo, precavendo, cautelando suas ações para não se depararem com prejuízos maiores em suas vidas. Para além disso, existia ainda “a ‘fuga’

⁵“Ricardo de Almeida Serra nasceu em 1748, tendo ingressado em 1762 na Academia Militar da corte. Foi enviado para o Brasil para fazer parte da Terceira Divisão da Demarcação dos Limites de acordo com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Destacado agente do processo de demarcação das fronteiras entre os Impérios de Portugal e Espanha, foi responsável pelo forte de Coimbra, nas margens do Rio Paraguai. Chegou ao Mato Grosso em 1782 e conviveu cinco anos diretamente com os índios por ser o comandante do Forte de Coimbra, onde residiu e foi casado com uma índia Guana com quem teve dois filhos (Campestrini & Guimarães, 2002: 48)”. (FERREIRA, 2009: 109)

dos índios após serem recrutados como militares ou trabalhadores e conviverem dentro dos fortes e presídios portugueses era outro dispositivo descrito como parte da habilidade e instabilidade dos índios” (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 114).

Dentro desse discurso administrativo constituir-se-ia ademais as particularidades dos Guaicurus, recorrentemente mencionados perante o seu plano *soberbo* (em relação) aos demais grupos, independentemente, de serem ou não brancos. Esta categoria desdobrava-se entre esses silvícolas, por exemplo, as ideias e os comportamentos de *diferença* etno-cultural, perceptíveis mediante a sua recusa ao trabalho, à manutenção de organização segmentar e ao sentimento de superioridade que os inviabilizam se diluir dentre as pessoas que desenvolvessem qualquer tipo de contato.

Com o tempo, os portugueses perceberam que uma das alternativas mais viáveis para se sobrepor aos Guaicurus seria quebrar todo o seu aparato de poder, estimulando intrigas que rachassem suas formas de dominação, ora se aliando aos grupos que encaravam como “inferiores”, ora negociando com os chefes dos nativos, ou ainda conquistando terras por meio da presença de forças coloniais induzindo e alterando as relações estabelecidas entre os Guanás e os Guaicurus (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869), na virada do século XVIII para o XIX.

Tais aspectos podem ser sentidos nas trocas de experiências diárias detalhadas nos relatos de Ricardo Almeida, haja vista que o militar não cansava de reiterar, de forma perplexa, o tratamento dado dos segundos aos primeiros povos indígenas mencionados:

Os Guana também se dividem em diferentes tribos: e todas elas, apesar de terem maior número de homens do que os Guaicuru, se viram, para sua conservação, na urgência de comprarem a paz e amizade aqueles seus opressores; porque os guaicuru, sempre errantes, e sempre atrozmente guerreiros, fiados nos seus cavalos e conhecendo toda sua força e superioridade sobre as outras nações que não os têm, sempre flagelaram os Guana com uma guerra de diárias emboscadas (...) A soberba e rivalidade dos Guaicuru é tal, que se infunde nos mesmos Guana logo que passam a viver, ou nascem entre os altivos Guaicuru, tratando os outros com público desprezo, e pública superioridade (...) chegando alguns capitães Guaicuru, e ainda aqueles mesmo cujas mães e mulheres sempre foram Guana (...) a fazer levantar da minha mesa e a comer sentados no chão a algum capitão Guana que viam nela, e a dizerem-me que se eu comia eles não faziam o mesmo. Os mesmos atentados com que os Guaicuru reduziram e agregaram a si os Guana, são semelhantemente os mesmos com que têm reduzido parte dos Xamacocos (...) Além dos Guana e Xamacoco, existem ainda entre os Guaicuru alguns de outras

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)

diversas nações, como Bororo, Caiapó, Chiquitito ou Cauni, que habitam os rios que vertem para o rio Paraná (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 113)

Nota-se que alguns agentes da Coroa foram se aproveitando dessas situações que alimentavam as discórdias relacionais dos nativos, dado que: “Os Guaná assim ao mesmo tempo em que eram cortejados pelos portugueses”, também “passaram a ter uma posição melhor na relação de aliança-subordinação aos Guaicuru.

Essa situação complexa, de inserção em subordinações e lealdades diferenciadas, dava margem a táticas de manipulação política empregadas pelos indígenas (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 113-14). E nesse jogo decisivo entre índios e forças coloniais, os Guanás “enganavam”, “ludibriavam”, mudavam de lado, tendo ligações amistosas tanto com os espanhóis quanto com os portugueses, alternando alianças que confundiam e, ao mesmo tempo desestabilizavam as disputas dentre os grupos proeminentes fronteiriços. No trecho que será exposto abaixo, tal aspecto é bem elucidada por Ricardo Almeida:

(...) Ficando aqui o capitão Guana, detestando a retirada dos dois e a vacilante inconstância dos mais Cadiue-os [Kadiwéu] que ficavam, afirmando-me que, se alguns deles se ausentavam, que os embaraçasse (...) Enfim, este solapado bárbaro que nem de noite nem de dia me deixava, e prometia ir convidar os seus parentes, pedindo todos os dias alguma coisa, ainda em 10 do presente mês de janeiro me pediu várias bagatelas e um porco e dando-lhe tudo e os mais trastes que guardava no meu quartel, tudo levou essa noite ocultamente dele para o seu rancho, e embarcando de madrugada a título que ia à pesca do jacaré, fugiu e se ausentou tão ingrato como infiel, levando em sua companhia outro monstro de ingratidão no Guana Luiz Manoel (...) que todos estimávamos muito, ambos eles em uma canoa fugiram sem mais motivo que sua inconstância natural, levando-me ainda a roupa que acharam à mão no meu quartel, onde viviam e entravam como em sua casa (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 116)

Assim, nessa rede escriturária, os portugueses munidos de um conhecimento maior sobre seus supostos inimigos aventaram o esforço de “pacificação” que intuía fixar os índios em certas faixas de terras e incorporá-los à economia colonial portuguesa. A resposta a estas iniciativas estava recheada de táticas locais.

Segundo o antropólogo Andrey Ferreira, no item do relatório de Ricardo Almeida, intitulado “Técnicas indígenas”, havia um conjunto de reações criticadas pelo militar, sugerindo porque não uma tecnologia de resistência, dos quais foram destacados: “(1) Dissimulação; (2) Fuga; (3) Recusa ao Trabalho; (4) Sabotagem; (5) Deserção; (6) Correrias (assaltos aos campos inimigos)”.

E para conter e esvaziar de sentidos estes campos historicamente contingenciais de contestação locais, os projetos coloniais se muniram de estratégias bem engenhosas. Assim, “dividir para conquistar” passou a ser o lema (RELATÓRIO... Ricardo Almeida Serra, 1869: 118), cujos portugueses intencionavam fazer com que as interações perscrutada com os nativos fosse regadas, cada vez mais por laços de dependência, incididas, especialmente, com o esquadrinhamento territorial, para que os contatos e as alianças internas ficassem abaladas. Perante este contexto de dominação colonial portuguesa, fica a problemática: afinal, quais foram os desdobramentos destas políticas de invasão territorial e de negação das *diferenças* encontradas no Brasil, por parte de coletivos sociais originários? Uma vez que se exhibe muito mais que um enunciado escriturário editando, aliás, a legitimidade do próprio processo de “distribalização” ou desterritorialização das populações nativas.

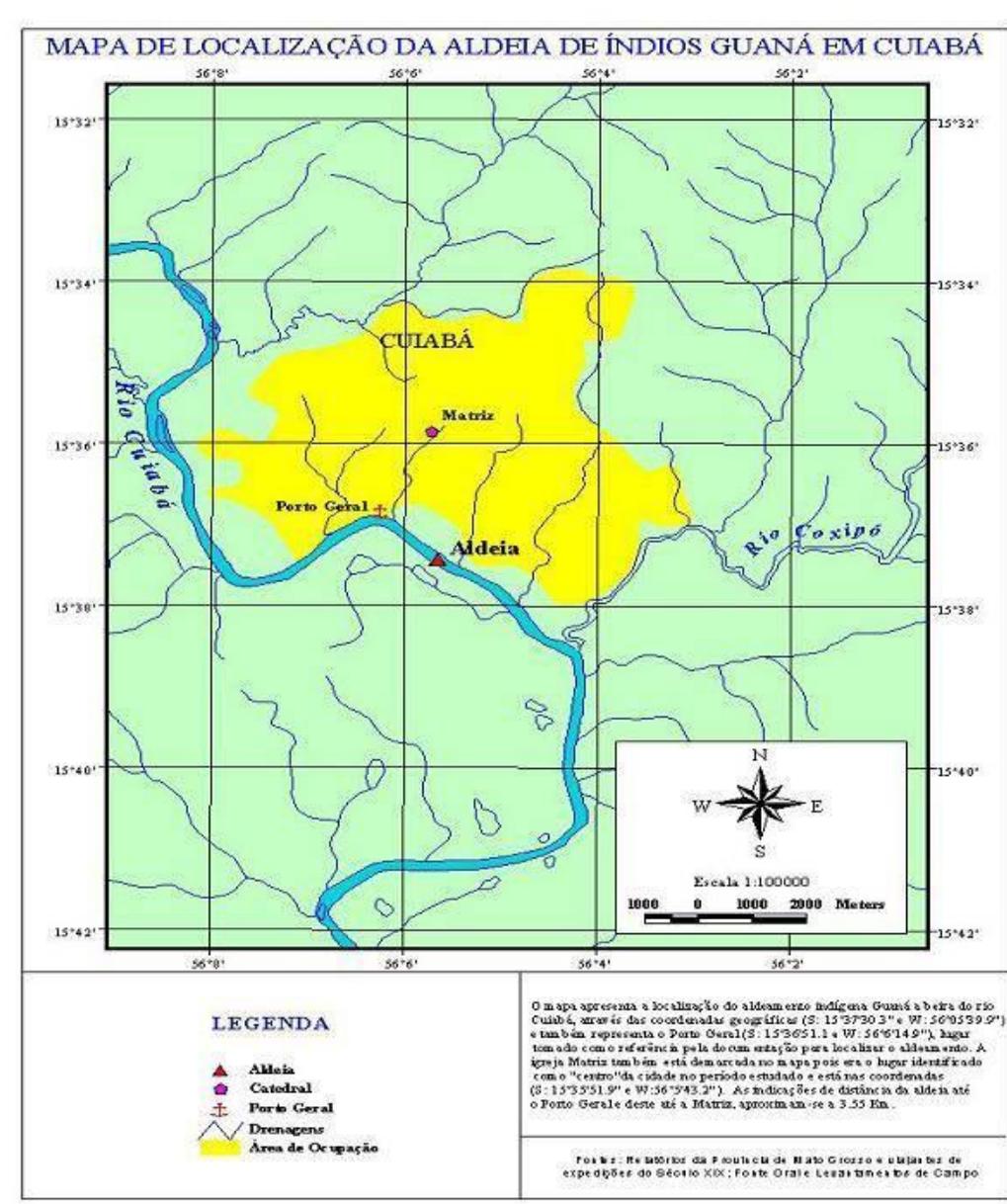
Entre os pesquisadores que se debruçaram em estudos que visassem tratar dessas diásporas forçadas, destaca-se a historiadora Verone Cristina da Silva. Em seu trabalho a autora se deteve ao desmembramento espacial dos povos, anteriormente mencionado. Sua atenção centrou-se, sobretudo, sobre aqueles subgrupos que se instalaram nas proximidades da cidade de Cuiabá.

Silva observou o quanto o aldeamento desses grupos na capital (1844 e 1845) teve um caráter peculiar, na medida em que não contou com alguns elementos recorrentes nessas iniciativas, apontando que: “[...] enquanto em Albuquerque havia um diretor da aldeia e um missionário, em Cuiabá, a aldeia foi organizada sem a presença de um representante oficial do Império.” Conforme reiterou a autora, não há “registro na documentação pesquisada que relate a presença de um diretor junto aos Guaná de Cuiabá” (SILVA, 2001: 100).

A ausência de direção nas aldeias explica-se “provavelmente por estar localizada na capital que sediava a Diretoria Geral dos Índios, o poder Eclesiástico e, ainda, por serem

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)

esses índios considerados capazes de conviver na cidade *civilizada*” (SILVA, 2001: 100). Abaixo, segue um mapa que consta na pesquisa da autora Silva, em que nos é permitido ver o aldeamento dos Guanás:



(SILVA, 2010: 130).

A partir dos dados apresentados, é importante visualizar a quantidade de forças externas que os índios Guaná não tiveram que enfrentar: Guaicurus, Coroa espanhola e depois, portuguesa com todo o seu aparato colonial: fortificações, expedições científicas, aldeamentos com direito a deslocamento interno considerável.

Estes nativos conseguiram sobreviver ao desplante apocalyppto oriundo de outros grupos de silvícolas “guerreiros” e, depois, de maneira mais avassaladora pelos europeus que criticando a vaidade soberba dos Guaicurus esqueceram de mencionar sua própria altivez eurocêntrica que se espalhou não apenas pelo interior do Brasil, mas atingiu também outras regiões interioranas de muitos cantos do mundo - acompanhada da bandeira do “progresso”.

E porque sobreviveram, continuaram a ser suprimidos ou diluíram suas formas de vida na sociedade civil. Muitas vezes não deixando que certa essencialidade os fixassem no que nossas fantasias e imaginações desfrutam da ideia de índio e nem tornando-se completamente integrante civil. Não se encaixando ou se fixando em uma coisa ou em outra, mas fendendo esses referenciais a sua maneira.

Esse caráter fluído, essa dinâmica instável, que vimos no Guaná, aponta bem os conceitos deleuzianos de territorialização e desterritorialização, cuja contribuição maior se apresenta nas chaves para a compreensão mais ampla do movimento de fuga e de recaptura de códigos dentro de um mesmo sistema. Isto é, trata-se de uma oscilação de que vez por outra define o sujeito dentro de um código, mas que em seguida o associa a outro (DELEUZE & GUATARRI, 1972). Índios aldeados que trabalham temporariamente em labores diversificados, sem deixar de ao cair da noite atravessar o rio e dormir junto aos seus, corroendo a fronteira que tanto separa diariamente esses dois universos.

Estes aspectos ficam explicitados perante formas de interações arroladas entre a sociedade civil da Capital e estes nativos pantaneiros. Aos poucos, os Guaná frequentaram, socializaram e se misturaram à população cuiabana, sendo que alguns inclusive, tinham suas moradias fora das aldeias, localizadas nas ruas próximas ao porto da capital. Andavam vestidos e quando estavam em grupos tinham a preferência de se comunicarem através de sua própria língua. Em sua maioria dormiam em redes, ou sobre tiras de taquaras cobertas com panos, colocadas sobre o chão. Fabricavam suas próprias vestimentas e casas e como lazer realizavam suas festividades, “geralmente religiosas e, serviam uma bebida feita de

milho socado em pilão, que deixavam fermentar até o ponto de ser consumida.” (SILVA, 2001: 101)

As habitações dos Guaná eram “construídas de sapé, cobertas com capim e palhas, sendo que cada família residia em uma casa. O conjunto das casas era chamado de aldeia”, onde os índios “plantavam, pescavam, confeccionavam panelas, potes, talhas e colhiam um vegetal conhecido por pirizeiro que servia para a confecção de esteiras” (SILVA, 2001: 101).

No entanto, vale ressaltar que muito deles não tinham uma mobilidade territorial restrita apenas entre a cidade e a aldeia. Esse fato foi observado na década de 1840, pelo Capitão da Armada Nacional, Augusto Leverger, citada pela pesquisadora Silva (2001: 96) que relatou: “A aldeia da tribo Guaná está em meados de uma milha de distância da freguesia; tem atualmente pouca gente. Grande porção dos seus habitantes vieram formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade”. Os índios desta nação “costumam ajustar-se como jornaleiros; existem em grande número”, da qual parte deles estavam “espalhados pela cidade de Cuiabá, e pelos sítios do seu distrito. São também eles que tripulam boa parte das canoas, que se empregam na navegação da província, no interior d’ela e para S. Paulo”.

Esse fator se torna significativo para a presente pesquisa, por me permitir indicar a hipótese de que os *agregados* e *camaradas* do Pantanal Norte – também chamados de assalariados, agricultores e peões, poderiam ter entre seus moradores famílias oriundas desses grupos indígenas (BORGES, 2016). Tal hipótese é reforçada mediante diálogos estabelecido com outros estudiosos que esboçam fortes indícios em suas pesquisas, da emergência de comunidades tradicionais pantaneiras provenientes do hibridismo cultural de coletivos indígenas locais, dos quais incluem Guatós, Guanás, Terenas, Guaicurus e Borôros (CHIARAVALLOTI, 2019); (OLIVEIRA, 2003) . Na minha tese⁶, além de trabalhar com estas sociedades citadas dei atenção aos descendentes das populações escravizadas que junto aos grupos nativos montaram toda uma reconfiguração espacial com formas de viver peculiar - no bioma norte pantaneiro -, marcado por ciclos aquáticos e maneiras próprias de se relacionarem com o ambiente a sua volta.

⁶ Defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na linha de Estudos Culturais.

Essa indagação fica mais reforçada diante das observações registradas pelo lusitano Joaquim Ferreira Moutinho (SILVA, 2001: 132) que indicou os Guaná inseridos, no século XIX, entre os grupos rurais identificando-os como *camaradas*. Se estes índios eram contratados pelas grandes propriedades, tenderiam também a terem se estabelecidos às margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, através da posse de terras levando em conta que a região pantaneira era um território conhecido e visitado pelos Guaná. Reiterando à respeito desses índios sinalizou que enquanto ocorria um esfacelamento dos povos indígenas (expedições punitivas e de extermínio aos selvagens, apropriação das terras indígenas, aldeamentos administrados pela Diretoria Geral dos índios), este grupo soubera se articular e se comunicar com os poderes constituídos, negociando, fugindo na mata fechada, trocando, realizando viagens regulares, migrando e, nesse movimento, sabendo reinventar seus saberes e práticas internas, tecendo por meio de suas vivências e trajetórias diversas, a sua história.

É nesse bojo de contextos que se percebe a região pantaneira como um lugar praticado, onde houve a proveniência de uma rede de forças vindas de todos os lados. Nesse artigo não busquei, em momento algum, encontrar o desvelamento de uma essência indígena na região pantaneira e sim detectar, na sua própria incompletude de dados e desencontros de informações envolto ao jogo de interesses os quais foram construídos; as marcas diferenciais dos seus moradores, “repertoriar os desvios e acidentes do percurso”, bem como a sua diluição num mundo rural.

Na formação do agrário norte pantaneiro, tentei trazer reflexões que indagam “sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento”; isto é, não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem” (MARTON, 2001: 203-204).

O problema concreto que se apresenta é o de como se dá a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos, quais são os seus componentes, a emergência da superfície de suas subjetividades, suas intensidades, suas “rotas de fuga” — para utilizar a linguagem de Deleuze e Guattari (1972). Esse foi o percalço percorrido nessas páginas corridas.

Bibliografia

ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. *A presença indígena na Guerra com o Paraguai (1864-1870)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2005.

BHABHA, Hommi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Tradução Myriam Ávila et al.

CHARTIER, Roger. “A Nova História Cultural existe?”. In: *Cultura*, II série, volume XVIII, 2004.

CHIARAVALLI, Rafael Moraes. The Displacement of Insufficiently “Traditional” Communities: Local Fisheries in the Pantanal. *Conservation and Society*, v. 17, n. 2, p. 173-183, 2019.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade e Livraria Kosmos, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. Viajes en la frontera colonial. Historias de una expedición de límites en la América Meridional (1753-1754). *Anales del Museo de América*, v. 16, p. 113-126, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Johan L. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, Michael. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Organização e Tradução de Roberto Machado

FOUCAULT, Michael. “A Vida dos Homens Infames”. In: *Estratégias, poder-saber*. Ditos e escritos, vol.5. Forense-Universitária, 2003.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência indígena – etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, PPGAS-MN, UFRJ, 2007.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009.

MARTON, S. *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche* (2ª ed.). São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ., 2001.

MEDEIROS, Sérgio. *Alfredo d'Escragnolle Taunay. Irecê a Guaná seguido dos índios do Distrito de Miranda*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

OLIVEIRA, Cardoso de Roberto. *Do índio ao Bugre. O processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. S.A., 1976.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, v. 18, 2012.

_____, Rita Laura. *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad e diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

RIBEIRO, M. da S. *Uma Ilha na História de um povo Canoeiro: O Processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal*. (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005).

OLIVEIRA, Jorge Eremitas. De. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. In: *Rev. Arqueol.* 16, 71–86 (2003).

SCHUCH, M. E. J. O índio enquanto etnia: etno-história dos Xaray e Chané alta paraguaienses. *Estud. Leopoldenses*, 31, 109–124 (1995).

VIERTLER, Renate B. *A duras penas – uma história das relações entre índios Bôroro e “civilizados” em Mato Grosso*. São Paulo, FFCLFH, USP, 1990

_____. “Estudos das antropologia cultural dos grupos tribais da Amazônia: perspectivas”. In: NEVES, Walter (org.) *Biologia e Ecologia Humanas na Amazonas: avaliação e perspectivas*. Belém: Museu Paraense Emilio Goedi, 1989.

Documentos

D'ALINCOURT, L. d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à Cuiabá*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Reflexões sobre o Systema de defesa que se deve adaptar na Fronteira do Paraguai em consequencia da revolta e dos insultos pela Nação dos Indios Guaicurus ou cavalleiros ao Presidente e governador as Armas da Província de Mato-Grosso, 1826*. Microfilmes negativo - NDIHR. ANNAES da Biblioteca Nacional. Tomo III, 1828.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tiete ao Amazonas: 1825-29*. Editora de São Paulo, São Paulo Cultrix, 1977.

OS “DOCES BÁRBAROS”: DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS ÀS PRÁTICAS
SOCIAIS DOS GUANÁ NO PANTANAL NORTE (1870-1930)

Mapa dos Habitantes que existem na Capitania de Matto Grosso em o anno de 1800. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT). Vicenzi, Conego Jacomo. *Paraíso Verde: impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918.* Rio de Janeiro, snt.

Noticia sobre os Índios de Matto-Grosso, em ofício de 2 de Dezembro de 1848 ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, do Director Geral dos Índios da então Provincia Joaquim Alves Ferreira. Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. Ano 1848 – 1860: 06. APMT.

SERRA, Ricardo Freire de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Guaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes (1748-1809). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo VII, p. 204-218, 1866.

SERRA, Ricardo Freire de Almeida. Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus e Guanás, (1803). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XIII, 2ª ed., 1869.

Recebido em: 01 de maio de 2019
Aceito em: 25 de setembro de 2019